

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2014/SMS/SIPAS/GEAUD, DE 05 DE  
SETEMBRO DE 2014**

**DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE  
CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS CELEBRADOS COM A  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO  
MUNICIPAL DE SAÚDE, COM REPASSE ANTECIPADO  
DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE INTERINO, GESTOR DO SISTEMA  
ÚNICO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, no uso das atribuições que  
lhe confere o inciso II do art. 51, da Lei Orgânica do Município;

1

CONSIDERANDO, a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;  
CONSIDERANDO, a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990;  
CONSIDERANDO, a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;  
CONSIDERANDO, a Lei nº 2.640, de 12 de agosto de 1991;  
CONSIDERANDO, a aplicabilidade das normas gerais da Lei Licitações e  
Contratos Administrativos, no âmbito dos convênios administrativos;  
CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 6463, de 18 de dezembro de 2013;  
CONSIDERANDO, o Decreto Municipal nº 10.254, de 03 de abril de 2014, que  
regulamenta a Lei nº 6.463, de 18 de dezembro de 2013;  
CONSIDERANDO, a Instrução Normativa nº 002/2013/SMS/FMS/CC-SUS, de  
23 de abril de 2013;  
CONSIDERANDO, a necessidade de criar regimento para a prestação de  
contas de recursos antecipados, repassados pela Gestão Municipal do SUS  
às instituições não governamentais e/ou governamentais.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Definir os procedimentos para a apresentação da prestação de contas dos recursos recebidos antecipadamente através da Gestão Municipal do SUS, a fim de comprovar a execução dos serviços referentes aos recursos recebidos ao longo do ano, seja através de convênio ou de qualquer outro instrumento de ajuste de repasses financeiros.

**CAPÍTULO I**  
**DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**Art. 2º.** A instituição que receber recursos através da Gestão Municipal do SUS, deverá apresentar a prestação de contas nos seguintes prazos:

2

- I. Até 60 (sessenta) dias em caso de parcela única, a contar da data do recebimento do recurso.
- II. Até 45 (quarenta e cinco) dias a partir do recebimento de cada parcela, à exceção da primeira.

**Parágrafo único.** Nos limites dos incisos I e II do *caput*, o prazo para a prestação de contas independe da vigência do convênio ou instrumento congênere.

**Art. 3º.** As prestações de contas de recursos antecipados compostos de forma individualizada, de acordo com a finalidade da despesa e no valor da parcela, conterão os seguintes documentos, no que couber, conforme o objeto do convênio ou instrumentos congêneres:

- I. Extrato bancário da conta específica e que conste a movimentação completa do período, ou seja, o valor recebido e todos os pagamentos realizados, além da Conciliação Bancária, quando for o caso (Anexo I).
- II. Declaração do responsável no documento comprobatório da despesa, certificando que o material recebido ou o serviço prestado está em

conformidade com as especificações nele consignadas, devendo ser instituído carimbo conforme modelo previsto nesta Instrução Normativa (Anexo II).

**III.** Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados (Anexo III).

**IV.** Declaração que a instituição não se encontra em mora e nem em débito, junto a qualquer órgão da Administração Pública Direta e Indireta, dos níveis federal, estadual e/ou municipal (Anexo IV).

**V.** Termo de Aprovação da Prestação de Contas (TAPC) emitido pela Gerência de Auditoria - GEAUD (Anexo V).

**VI.** Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, à conta indicada pela Gestão Municipal do SUS.

**VII.** Notas de empenho, referentes às parcelas dos recursos recebidos;

**VIII.** Documentos comprobatórios das despesas realizadas, tais como: notas fiscais, constando o nome da instituição, endereço e CNPJ; recibos; folha de pagamento, devidamente assinada pelo funcionário e datada; relatórios de resumo de viagem; ordens de tráfico; bilhetes de passagem; guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros;

**IX.** Enviar comprovante de transferência/pagamento eletrônico de credores ou fotocópias de cheques nominais e individualizados por credores;

**X.** Documentação do veículo pertencente à instituição, caso houver, desde que seja autorizado o pagamento de combustível, mediante apresentação de nota fiscal contendo a placa e a quilometragem do mesmo.

**XI.** Recibo de pagamento autônomo – RPA - ou nota de prestação de serviços, quando se tratar de pagamento de profissional liberal, com o comprovante da retenção dos impostos devidamente pagos.

**XII.** Cópia de 03 (três) orçamentos referentes a realização do serviço contratado, a aquisição de materiais e/ou compra de alimentos, desde que autorizados no convênio ou instrumento congênere.

**§ 1º.** O extrato bancário e os documentos comprobatórios das despesas não poderão ter data anterior ao depósito de cada uma das parcelas ou da parcela única, sob pena de devolução dos recursos.

**§ 2º.** Os documentos referidos neste artigo serão mantidos em ordem, na sede da instituição, à disposição dos auditores do Sistema Municipal de Planejamento e Auditoria do SUS (SIPAS), e também dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, contados da data de encerramento do convênio ou instrumento congênere.

**§ 3º.** A contrapartida da instituição, quando prevista no convênio, deverá ser comprovada na prestação de contas.

**§ 4º.** As despesas serão comprovadas mediante documentos originais fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais, nota fiscal avulsa, nota de prestação de serviços e quaisquer outros documentos comprobatórios, serem emitidos em nome da instituição, devidamente identificado com carimbo onde conste o número do convênio.

**§ 5º.** Os documentos constantes no processo de prestação de contas, quando não possuírem o número de identificação do convênio ou instrumento congênere de repasse de recursos financeiros, deverão ser identificados com um carimbo contendo o número do referido instrumento.

**Art. 4º.** Compete a Gestão Municipal do SUS decidir sobre a regularidade ou não da aplicação dos recursos transferidos.

**§ 1º.** A prestação de contas será analisada e avaliada pela Gerência de Auditoria (GEAUD), órgão integrante da estrutura do Sistema Municipal de Planejamento e Auditoria do SUS (SIPAS), que analisará os seguintes aspectos:

**I. Técnico:** quanto à execução física e atingimento dos objetivos do convênio, podendo valer-se de laudos de vistoria ou de informações obtidas pelos demais departamentos da Secretaria Municipal de Saúde.

**II. Financeiro:** quanto à correta e regular aplicação dos recursos do convênio.

**§ 2º.** Aprovada a prestação de contas, proceder-se-á o devido encaminhamento do processo ao Fundo Municipal de Saúde.

**§ 3º.** Nos casos em que a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido pelo artigo 2º, a Gestão Municipal do SUS através da Gerência de Auditoria (GEAUD), notificará a instituição conveniada para que no prazo máximo de 15 (quinze), apresente a prestação de contas ou faça o recolhimento dos recursos financeiros antecipados, incluído os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, corrigido monetariamente, na forma da

lei.

**§ 4º.** O Fundo Municipal de Saúde deverá suspender imediatamente a liberação de recursos financeiros, desde que devidamente justificado, caso se verifique e constate irregularidades na aplicação dos recursos.

**§ 5º.** A Gestão Municipal do SUS considerará como não apresentadas, as prestações de contas entregues fora do prazo determinado, com documentação incompleta, ou que não oferecerem condições para comprovar a boa e regular aplicação dos recursos públicos.

## **CAPÍTULO II**

### **DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE**

**Art. 5º.** Será instaurada pela Gestão Municipal do SUS através da Gerência de Auditoria (GEAUD), Tomada de Contas Especial (Anexo VI), visando a apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, quando:

**I.** Houver omissão no dever de prestar contas no prazo estipulado nesta Instrução Normativa ou após notificação da Gestão Municipal do SUS.

**II.** Não for aprovada a prestação de contas, apesar de eventuais justificativas apresentadas pela instituição conveniada, em decorrência de:

- a)** não execução total do objeto pactuado;
- b)** atingimento parcial dos objetivos;
- c)** desvio de finalidade;
- d)** impugnação de despesas;
- e)** não cumprimento dos recursos da contrapartida;
- f)** não aplicação de rendimentos de aplicações financeiras no objeto pactuado.

**III.** Ocorrer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, provocando danos aos cofres públicos.

**IV.** Não houver comprovação da aplicação dos recursos públicos repassados mediante convênio, acordo, ajuste ou demais instrumentos congêneres.

**V. Ocorrer desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.**

**§ 1º.** A instauração da Tomada de Contas Especial, obedecida à norma específica, será precedida ainda de providências saneadoras por parte da Gestão Municipal do SUS e da notificação do responsável, assinalando o prazo de, no mínimo, 30 (trinta) dias, para que apresente a prestação de contas ou recolha o valor do débito imputado, acrescido de correção monetária e juros de mora, as justificativas e as alegações de defesa julgadas necessárias pelo notificado, nos casos em que a prestação de contas não tenha sido aprovada.

**§ 2º.** A não adoção das providências cabíveis no prazo acima determinado, caracterizará grave infração à norma legal, sujeitando a autoridade administrativa competente, à imputação das sanções cabíveis, sem prejuízo da responsabilidade solidária.

**§ 3º.** Instaurada a Tomada de Contas Especial e havendo a apresentação, embora intempestiva, da prestação de contas ou recolhimento do débito imputado, poderão ocorrer as seguintes hipóteses:

6

**I.** No caso da apresentação da prestação de contas ou recolhimento integral do débito imputado, antes do encaminhamento da Tomada de Contas Especial ao Tribunal de Contas, deverá ser dada baixa no registro de inadimplência e:

**a)** aprovada a prestação de contas ou comprovado o recolhimento, o processo será arquivado e mantendo-se a baixa da inadimplência e efetuando-se o registro da baixa da responsabilidade, sem prejuízo de ser dado conhecimento do fato ao Tribunal de Contas, em relatório de atividade do gestor, quando da tomada ou prestação de contas anual do ordenador de despesas;

**b)** não aprovada a prestação de contas, o fato deverá ser comunicado ao Gestor Municipal do SUS para que adote as providências necessárias ao prosseguimento do feito, sob esse novo fundamento, reinscrevendo-se a inadimplência.

**II.** No caso da apresentação da prestação de contas ou recolhimento integral do débito imputado, após o encaminhamento da Tomada de Contas Especial

ao Tribunal de Contas, proceder-se-á, também, a baixa da inadimplência, e:

**a)** sendo aprovada a prestação de contas ou comprovado o recolhimento, tal circunstância deverá ser imediatamente comunicada ao Gestor Municipal do SUS, para adoção das providências junto ao Tribunal de Contas, mantendo-se a baixa da inadimplência, bem como a inscrição da responsabilidade apurada, que só poderá ser baixada por decisão do referido Tribunal;

**b)** não sendo aprovada a prestação de contas, adotar-se-á as providências de comunicar o Gestor Municipal do SUS, reinscrevendo-se a inadimplência.

**Art. 6º.** A instauração e os procedimentos para a Tomada de Contas Especial obedecerá à legislação vigente e as normas emitidas pelo Tribunal de Contas da União e do Estado.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

7

**Art. 7º.** Ficam aprovados os formulários e documentos constantes dos Anexos I ao VI, partes integrantes desta Instrução Normativa, que serão utilizados pelas instituições conveniadas e pela Gestão Municipal do SUS, para instruir o processo de prestação de contas.

**Art. 8º.** A inobservância desta Instrução Normativa constitui omissão de dever funcional e será punida na forma prevista em lei.

**Art. 9º.** Aplica-se, no que couber, aos instrumentos regulamentados por esta Instrução Normativa, as demais legislações pertinentes.

**Art. 10.** Compete a Gerência de Contratos e Credenciamentos (GECC), órgão integrante do Sistema Municipal de Planejamento e Auditoria do SUS (SIPAS), orientar as instituições conveniadas sobre a forma de apresentação da prestação de contas, nos termos desta Instrução Normativa e demais normas pertinentes.

**Art. 11.** À Gerência de Auditoria (GEAUD) compete, a análise da prestação de contas da instituição conveniada e posterior envio ao Fundo Municipal de



Saúde para os procedimentos contábeis cabíveis.

**Art. 12.** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Itajaí, 05 de setembro de 2014.

MÁRCIO ANTONIO SILVEIRA  
Secretário Municipal de Saúde Interino  
Gestor Municipal do SUS

**Este texto não substitui o publicado no Jornal Oficial do Município, edição nº 1371, de 05 de setembro de 2014.**



**Anexo I - Termo de Conciliação**  
**IN nº 003/2014/SMS/SIPAS/GEAUD**

**CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS**

[ ] Parcial      Final [ ]      Período de: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Instituição:	
CNPJ:	Convênio nº:

Banco:	Agência:	Conta Corrente:
--------	----------	-----------------

**MOVIMENTAÇÃO BANCARIA**

Data	Credor	Nº do Cheque	Saldo
Saldo disponível:			

Responsável pela prestação de contas Assinatura e carimbo	(+) Saldo constante do extrato bancário
	(-) Cheques emitidos e não processados no extrato bancário

Itajaí-SC,    de                    de 20...

\_\_\_\_\_  
Responsável pela instituição  
Assinatura e carimbo

**Anexo II - Declaração de material recebido ou serviço prestado**  
**IN nº 003/2014/SMS/SIPAS/GEAUD**

Declaro que o material/serviço constante deste documento, foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

Itajaí-SC, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura

10



**Anexo III - Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados**

**IN nº 003/2014/SMS/SIPAS/GAUD**

**BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS**

Nº do Convênio		Ordenador da despesa - Gestor Municipal do SUS			
Mês	Ano	Parcela	Unidade Gestora	Data do depósito	
			FMS		
Instituição:					
Endereço:					
CEP:			Fone: (47)		
Responsável:					
CPF:			RG:		
Objeto resumido do convênio:					
Valor: R\$					
Documentos			Histórico de pagamentos	Recebimentos (R\$)	Pagamentos (R\$)
Nº do documento	Nº da Nota Fiscal	Data			
			Total Geral:		

11

Itajaí-SC, de de 20...

\_\_\_\_\_  
Responsável pela instituição  
Carimbo e assinatura

\_\_\_\_\_  
Contador  
Carimbo e assinatura

**Anexo IV - Declaração que a instituição não se encontra em mora e nem em débito**

**IN nº 003/2014/SMS/SIPAS/GEAUD**

**DECLARAÇÃO**

Declaro que a instituição .....  
não se encontra em mora e nem em débito, junto a qualquer órgão da  
Administração Pública Direta e Indireta, dos níveis federal, estadual e/ou  
municipal, sob pena de aplicação do artigo 299 do Código Penal.

Itajaí-SC,        de                      de 20...

\_\_\_\_\_  
Responsável pela instituição  
Carimbo e assinatura

Responsável pela instituição (nome): .....  
RG: ..... CPF: .....

**Anexo V - Termo de Aprovação da Prestação de Contas (TAPC)**  
**IN nº 003/2014/SMS/SIPAS/GEAUD**

**TERMO DE APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**  
**(TAPC)**

Considerando, a análise da prestação de contas apresentada pela instituição .....;

Considerando, que os recursos referentes ao convênio (ou de qualquer outro instrumento de ajuste de repasses financeiros), foram aplicados de acordo com o previsto no objeto;

Considerando, que a prestação de contas foi elaborada de acordo com a IN nº 003/2014/SMS/SIPAS/GEAUD;

Considerando, que todos os documentos de despesas estão legíveis e devidamente assinados;

**APROVAMOS A PRESTAÇÃO DE CONTAS APRESENTADA.**

13

Município de Itajaí, de de 20...

\_\_\_\_\_  
Coordenador Técnico  
Sistema Municipal de Planejamento e Auditoria do SUS  
(Assinatura e carimbo)

-----  
Auditor (a) de Gestão  
Sistema Municipal de Planejamento e Auditoria do SUS  
(Assinatura e carimbo)

**Anexo VI - Termo de Instauração de Tomada de Contas Especial  
(TI-TCE)**

**IN nº 003/2014/SMS/SIPAS/GEAUD**

**TI-TCE Nº ...../20.../SMS/SIPAS/GEAUD**

**Procedimento Administrativo/PA/GEAUD nº:**

Considerando, a (s) irregularidade (s) apresentada (s) na execução e aplicação dos recursos referentes ao Convênio nº ..... (ou de qualquer outro instrumento de ajuste de repasses financeiros);

Considerando, que os recursos financeiros não foram aplicados de acordo com o previsto no objeto do referido instrumento;

Considerando, que a instituição descumpriu a IN nº 003/2014/SMS/SIPAS/GEAUD e as demais normas legais vigentes, referentes a convênios (ou de qualquer outro instrumento de ajuste de repasses financeiros);

**Fica instaurada a Tomada de Contas Especial - TCE, sob a coordenação do Sistema Municipal de Planejamento e Auditoria do SUS (SIPAS)/Gerência de Auditoria (GEAUD).**

**NOTIFIQUE-SE A INSTITUIÇÃO.**

**Data de início:**

Município de Itajaí, de de 20...

-----  
Secretário Municipal de Saúde  
Gestor Municipal do SUS  
(Assinatura e carimbo)

-----  
Coordenador Técnico  
Sistema Municipal de Planejamento e Auditoria do SUS  
(Assinatura e carimbo)